

# **AValiação Na Educação Infantil: O Olhar Docente Para A Criança Como Sujeito Social-Cultural E Histórico.**

Andréia Sousa de Araujo<sup>1</sup>

Universidade Federal da Paraíba - asa.andreiaaraujo@hotmail.com

Nádia Jane de Sousa<sup>2</sup>

Universidade Federal da Paraíba - janenadia@gmail.com

## **RESUMO**

Este trabalho foi desenvolvido a partir da participação no Programa de Estágios Curriculares Supervisionado não obrigatório da Universidade Federal da Paraíba, pelo qual se oportunizou o exercício de auxiliar de sala na Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba, situada no Campus I, em João Pessoa. Tem como foco apresentar, a partir das observações feitas, práticas avaliativas individuais, realizadas em uma turma do infantil II, no período do segundo semestre do ano de 2016. Seu objetivo é proporcionar uma reflexão sobre a Avaliação na Educação Infantil trazendo como subsídio os registros da avaliação das crianças, a partir de relatórios construídos pela professora/supervisora, com colaboração da estagiária, e entregue à família no final do período. Tais registros eram feitos a partir dos seguintes elementos: o Projeto Político-Pedagógico da Escola, as observações feitas durante a rotina das crianças na instituição, suas interações às atividades propostas pela docente e durante a realização de atividades de Educação Física e Música, propostas por outros docentes. Assim, os relatórios também se apresentam como uma forma dar voz ao trabalho e os saberes dos professores e crianças, que ultrapassa o ambiente escolar, a fim de registrar suas ações. Parte-se, pois, de uma concepção de criança como pessoa, sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura. A avaliação na etapa da Educação Infantil é apresentada como um instrumento de suma importância para a percepção deste contexto, pois coloca o professor e a instituição em papéis imbricados nesta ação. A criança é retratada como protagonista das diversas experiências de aprendizagem e do seu desenvolvimento, como preconiza os documentos nacionais, entre eles as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009). O docente e a instituição são postos como os autores dos registros das ações das crianças, apontando suas singularidades e enfatizando suas potencialidades. Desse modo, a avaliação aqui é exposta de forma reflexiva, a fim de apresentar uma forma de avaliar na Educação Infantil que corrobora com o papel dos docentes e das instituições acerca das crianças e suas especificidades.

**Palavras-chaves:** Avaliação; Educação Infantil; Criança; Trabalho docente.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da UFPB.

<sup>2</sup> Professora Doutora do curso de Pedagogia da UFPB.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de atividades e reflexões construídas durante estágio curricular supervisionado não obrigatório, no período do segundo semestre do ano de 2016, em uma turma do infantil II, na Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba, Campus I. Estágio este desempenhado como Auxiliar da professora/supervisora, através do programa de estágios da UFPB, que tem como objetivo proporcionar a preparação do estudante para o trabalho produtivo e para o desenvolvimento da vida cidadã, por meio do exercício de atividades correlatas a sua pretendida formação profissional, na interrelação existente entre o conhecimento teórico e prático inerentes à formação, aqui em especial a formação do pedagogo.

Entretanto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a Avaliação na Educação Infantil, apresentando exemplos de resultados avaliativos individuais, desenvolvidos durante o estágio, trazendo como subsídio os registros da avaliação sobre as crianças, que foram feitos em forma de relatórios pela professora/ supervisora, com colaboração da estagiária, e entregues à família no final do período, destacando o olhar e a reflexão da docente. Tais registros eram feitos a partir dos seguintes elementos: o Projeto Político-Pedagógico da Escola, as observações feitas durante a rotina das crianças na instituição, suas interações às atividades propostas pela docente e durante a realização de atividades de Educação Física e Música, propostas por outros docentes. Assim, os relatórios também se apresentam como uma forma de “valorizar o trabalho pedagógico e os saberes construídos por professores e crianças, sensibilizando outros agentes e outros coletivos, para além do ambiente escolar, com finalidade de registrar a memória de suas ações” (MARQUES, 2015, p.14).

Sendo assim, neste texto, através de pesquisas bibliográficas acerca do tema, passeando por Leis e Diretrizes que asseguram às crianças seus direitos e normatizam direcionamentos para professores e instituições de como lidar com as especificidades da Educação Infantil e seu público alvo, foi feita uma abordagem acerca da avaliação na Educação Infantil, tendo como pressuposto central o reconhecimento da criança como pessoa, sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura.

Com esta compreensão, objetiva-se apresentar conceitos e concepções que perpassam e delineiam a prática pedagógica ofertada às crianças, analisando os registros realizados pela professora da turma de 2 anos.

Os registros, em forma de relatórios, eram construídos a partir das observações feitas durante a rotina das crianças na instituição, suas interações às atividades propostas pela

docente e durante a realização de atividades de Educação Física e Música, propostas por outros docentes, e apoiados no Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Para tanto, o trabalho discorrerá acerca do que é avaliar e o que dizem os documentos nacionais para esta ação; em seguida aborda a criança como pessoa, sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura e, finalmente, apresenta a análise de recortes do relatório construído identificando este olhar no trabalho realizado pela docente.

## **1. O QUE É AVALIAR?**

Para adentrar neste questionamento tomamos como aporte teórico as concepções de Jussara Hoffmann (2012), pelo qual alerta: avaliar “fundamenta-se em concepções de infância e em fundamentos teóricos sobre o desenvolvimento infantil”.(p.33). Assim, torna-se fundamental que o/a docente, para que possa avaliar as crianças, leve em consideração essas fundamentações, estabelecendo uma prática que fortaleça esses ensinamentos e aprendizados.

Essa fundamentação é apresentada através de várias perspectivas e abordagens, valendo ressaltar que estes direcionamentos devem ser analisados a partir do contexto de infância, incorporando perspectivas cabíveis que alicercem estes saberes.

Como exemplos, destacamos aqui, a perspectiva vygotskiana, pelo qual afirma: que a criança aprende “... pela interação com os elementos de sua cultura e do seu meio social” (HOFFMANN, 2012, p. 37); e a perspectiva piagetiana, no qual declara: “a criança constrói o conhecimento na sua interação com o objeto, entendido como seu próprio corpo, as coisas, as pessoas, os animais, a natureza, os fenômenos do mundo físico em geral” (HOFFMANN, 2012, p.35). Com o reconhecimento destas ou de outras perspectivas, assumidas pelo docente, a avaliação caminha para que de fato reconheça-se o para quê e o que avaliar. Segundo Jussara Hoffmann (2012), avaliar o desenvolvimento da criança, deve ser feito “sem fragmentar essa análise em aspectos cognitivos, afetivos e sociais ou em conteúdos específicos (...) que leve a comparações e julgamentos sobre atitudes e comportamentos, variáveis de uma criança para outra” (p. 40-41).

Avaliar, então, coloca-se como um desafio de revelar o universo infantil levando em conta sua singularidade e transformação, através das atividades e vivências oportunizadas às crianças. E a observação é um dos pontos centrais para esta ação. Os registros são a leitura dessa realidade. O docente deve usar parte do seu tempo para refletir sobre esta prática, pois

esses registros irão materializar e legitimar todo este movimento, oportunizando a valorização do trabalho realizado e os saberes desenvolvidos, por professores e crianças.

Neste sentido, a avaliação fomentada por estas perspectivas e concepções instrumentaliza os professores e instituições, oferece subsídios para planejamento de práticas educativas, revelando os princípios educacionais da instituição, oportunizando análises diante do contexto histórico e social da criança, corroborando com o que preconiza e direcionam os Documentos Nacionais.

## **2. O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NACIONAIS NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO.**

Entende-se que se faz necessário conhecer o que dizem os documentos Nacionais sobre o tema, pois, é papel do professor e das instituições estarem munidos também destes saberes a fim de que as ações sejam justas, adequadas e direcionadas, conforme as políticas públicas vigentes.

Neste sentido, destaca-se aqui o que está escrito na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (BRASIL, LDBEN, 1996), no Art. 31: “na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Afirmando, assim, que a avaliação é, na primeira etapa da Educação Básica, entendida a partir da perspectiva do desenvolvimento da criança e não como um instrumento de controle e seleção.

No tocante ao *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI, BRASIL, MEC, 1998) é destacado, em seus 3 volumes, que a avaliação deve ser tratada no contexto educativo, não ter caráter individual e excludente da criança, ou seja, “não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas” (RCNEI, vol. 2 – pp. 65 e 66).

As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, MEC, 2009) reforça o sentido da avaliação como sendo processual, diagnóstica e formativa, servindo de base para o planejamento das práticas educativas, conforme menciona o Artigo 10º:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Nos documentos citados, denota-se a avaliação na Educação Infantil como um mecanismo que funciona para estabelecer o protagonismo da criança como sujeito de direitos e a instituição e o professor como colaboradores deste mecanismo, com funções que devem estabelecer e agir para que estes direitos sejam desempenhados.

Entretanto, para que isto de fato aconteça, o professor e a instituição de ensino, devem incorporar esses direcionamentos às suas concepções e ao Projeto Pedagógico da escola.

Esta participação demanda um perfil ético, tanto do professor quanto da instituição, pois este é o principal fundamento para que se respeite a criança como pessoa, sujeito de direitos e produtora de cultura.

### **3. A CRIANÇA COMO PESSOA, SUJEITO HISTÓRICO, DE DIREITOS E PRODUTORA DE CULTURA.**

Respeitar a criança como pessoa, sujeito histórico de direitos e produtora de cultura é um discurso recente na história mundial e local, e se “constituiu a partir de muitos anos de luta, de debates e embates pelos movimentos sociais, em fóruns, congressos e discussões para que a criança tivesse seus direitos assegurados pelo Estado” (GONÇALVES, 2016).

Contudo, esses direitos ainda caminham a passos lentos, como afirma Gonçalves (2016); o mesmo aponta o que deve ser mudado e como deve ser tratada a criança para que os direitos sejam validados:

... a conquista efetiva dos direitos das crianças só se dará em articulação com questões mais amplas, relacionadas às transformações políticas, culturais e econômicas da sociedade, podendo-se afirmar que os direitos das crianças ainda permanecem mais no papel do que na prática. Tal afirmação põe em evidência a luta por uma infância onde as crianças sejam respeitadas em suas múltiplas dimensões, como sujeitos históricos e de direitos. Esta discussão perpassa pela concepção de criança, de infância, de escola e de sociedade, assim como, de ética e de respeito, pois, sem ter consciência desses conceitos, será difícil compreender a constituição da formação humana, e em particular, as especificidades do desenvolvimento e formação da criança (GONÇALVES, 2016, pág., 2).

Apesar dos avanços relacionados à visão da criança como sujeito de direitos, ainda se encontra reproduzido entre educadores a ideia da criança como ser não ativo, que deve apenas obedecer às ordens externas que lhes são instituídas. Em contrapartida a esta concepção, tem-se visto o empenho de professores e instituições em adequar estes ideais e direitos em suas práticas cotidianas; além do que “há um crescimento da produção acadêmica sobre a infância que vêm contribuindo de sobremaneira para a construção do campo Educação e Infância e para uma mudança significativa no lugar que a criança ocupa hoje na pesquisa educacional” (GONÇALVES, 2016, pág. 7).

As pesquisas, de certa forma, agem como propulsoras de conscientização para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, apesar dos discursos apresentarem-se como “decorativo e quimérico”, como cita Soares (2003, p. 1). Tal abordagem, contudo, está conectada aos aspectos sociais, políticos e históricos da sociedade como um todo, sendo “utilizados como um artifício político para dar credibilidade e visibilidade às políticas públicas voltadas à infância” (GONÇALVES, 2016, pág. 5).

É sob estas reflexões que debruçamos nosso olhar à prática docente, acompanhada durante o período de estágio na Escola de Educação Básica da UFPB, especificamente no tocante às práticas relacionadas à avaliação das interações e práticas realizadas pelas crianças.

#### **4. OS REGISTROS/RELATÓRIOS DA PROFESSORA**

Alicerçados nos paradigmas acima expostos (mesmo que brevemente), no cotidiano da turma acompanhada durante o estágio, foi possível verificar que a professora oportunizava brincadeiras em espaços fora da sala de atividades, com passeios e visitas a outros ambientes, como sala de vídeo, brinquedoteca e pátio, com participação contínua da professora supervisora e da bolsista.

Nas aulas de Educação Física era exercida muitas atividades que envolviam movimento, socialização e interação. Nas aulas de capoeira, as crianças tinham contato com a natureza, pois as aulas eram regidas, em muitas ocasiões no entorno da escola, em locais arborizados, ao som do berimbau e caxixi. E as aulas de Música traziam sonoridade e contato com instrumentos musicais como pandeiros, chocalhos, flautas e tambores. Estabeleciam-se regras, porém toda e qualquer atividade tinha flexibilidade, pois dependia da atenção e do interesse das crianças às atividades, por causa da conscientização da pouca idade destas. Tais atividades estão contempladas na proposta política pedagógica e curricular da EEBAS, na qual direciona que a educação deve ser lúdica e prazerosa, favorecendo as crianças o contato com uma variedade de estímulos e experiências que sejam favoráveis à aprendizagem, assegurando o direito da criança em obter um espaço propiciador para seu desenvolvimento integral. Portanto, a partir destas concepções direcionou-se a construção dos relatórios avaliativos individuais e que se faz pertinente a apresentação destes a seguir.

A preocupação docente em avaliar a criança individualmente, foi um dos pontos de partida para a construção dos relatórios, entregues às famílias no final do semestre. Como as ações eram realizadas perante o protagonismo das crianças, e as propostas pedagógicas planejadas tinham o intuito de socialização, desenvolvimento da motricidade, do equilíbrio e do cognitivo das crianças, os relatórios avaliativos individuais foram elaborados de forma a apresentar intrinsecamente essas ações, apresentando as seguintes características: identifica momentos marcantes e agradáveis acontecidos no cotidiano entre os pares (criança-criança, criança-professor), enfatiza as potencialidades de cada criança, sinaliza algumas dificuldades no processo de cada uma, e aborda relatos feitos pelas crianças destacando o interesse do docente para a criança no seu meio social (família), entre outros.

A seguir, alguns recortes oriundos desses registros, apresentados por tópicos a partir dos destaques feitos para a construção desse texto:

➤ Identifica momentos marcantes e agradáveis acontecidas no cotidiano entre os pares:

*Adora participar das rodas de conversa, inclusive quando formamos nossa bandinha. Nas aulas de música participou ativamente e acompanhou as canções com muito entusiasmo (...). Divide o lanche com os colegas (...) Quando tem pipoca é uma festa!*

*Nas aulas de Educação Física, a tia Malu era “louca” por ela, pois “W” participava de tudo e fazia tudo bem direitinho, uma fofa! Adora as aulas de capoeira! Faz todas as danças da capoeira e participa da roda sem restrições.”*

- Enfatiza as potencialidades de cada criança:

*“X” se demonstra muito solícito com os colegas, mas gosta de “comandar” as situações. Quando pedimos para ele realizar alguma atividade coletiva, ele está sempre disponível e chama os colegas para participar.*

*Gosta de conversar e reconta eventos ou histórias, mas ainda não conta com muitos detalhes. Demonstra ser muito solícito com os colegas, mas sempre demora para se integrar em situações ou atividades que são realizadas em grupo. Quando o convidamos para realizar alguma atividade coletiva, ele sempre se abstém em participar.”*

- Sinaliza algumas dificuldades no processo de cada uma:

*Ainda não brinca em grupo, pois percebe-se que não estabelece este vínculo em virtude de ainda não falar. Entretanto, nota-se um avanço em relação a sua linguagem, pois tem chamado “ma-ma”, “ti-ti” (...).*

*Ela pede pra fazer xixi, embora às vezes escapa um xixi na calcinha rrsrsrs...*

- Aborda relatos feitos pelas crianças que destaca o interesse do docente para a criança no seu meio social (família), entre outros.

*Ele está muito feliz com a chegada da irmãzinha. Chegou contando(...) uma gracinha esse momento de pertencimento familiar de “Z”.*

*“X” tem muita percepção em relação aos acontecimentos conosco e com seus colegas. Sempre percebe quando estamos tristes ou doentes. Sempre tem uma história para contar sobre qualquer assunto rrsrsrs...*

Os recortes apresentados traduzem um modelo de avaliação no qual o docente e a instituição são postos como os autores dos registros das ações das crianças, apontando suas singularidades e enfatizando suas potencialidades.



## CONCLUSÃO

Esta forma de avaliar na Educação Infantil, pelo qual os registros das ações tornam-se parte da memória das crianças, dos professores e de todos que participam do processo educativo nas escolas, suscita novos horizontes para a prática pedagógica, valorizando o trabalho pedagógico e os saberes construídos por professores e crianças. Assim sendo, o modelo de avaliação aqui apresentado incorpora um olhar docente diferenciado, no qual sugere que o educar e o cuidar integralmente da criança seja constituído e entrelaçado ao considerá-la como um sujeito social-cultural e histórico, que faz parte de uma organização familiar e que está inserida em uma sociedade e em uma cultura. Neste sentido, a avaliação aqui é exposta de forma reflexiva, a fim de apresentar um formato de avaliar na Educação Infantil que corrobora com o papel dos docentes e das instituições acerca das crianças e suas especificidades.

Espera-se que a leitura deste trabalho possa contribuir na reflexão acerca das práticas cotidianas de professores e professoras, especialmente no tocante à forma de avaliar as crianças que frequentam a Educação Infantil e que as mesmas possam ser avaliadas a partir das interações que estabelecem com o meio que o/a circunda.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-06.pdf>. Acesso em: 15.07.2017. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BUCKINGHAM, David. **After the death of childhood-Growing up in the age**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Lei nº 9394 de dezembro, 1996*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, MEC. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 1998.

BRASIL, MEC, CNE, CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

COSTA, Márcia Maria da. **Infância: Formas de conceber e tratar a criança**. Disponível em: <http://princípio.org/infncia--formas-de-conceber-e-tratar-a-crianca1.html>. Acesso em: 05.08.2017.

GONÇALVES, Gisele. **A criança como sujeito de direitos: limites e possibilidades**. Disponível em: [http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5\\_GISELE-GON%C3%87ALVES.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5_GISELE-GON%C3%87ALVES.pdf). Acesso em: 05.08.2017. Anais XI ANPED SUL, 2016.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes. **A Documentação Pedagógica no Cotidiano da Educação Infantil: estudo de caso em pré-escolas públicas**. IFSP *Campus* São Paulo. Agência Financiadora: CAPES. 37ª Reunião Nacional da ANPED UFSC. Florianópolis, 2015.

SOARES, Natália Fernandes. **Direitos da criança: utopia ou realidade?** In: SARMENTO, M. J.; PINTO, M. *As crianças: contextos e identidades*. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.